

Uma conversa com Mulford

GAZETA MERCANTIL

27 FEV 1992

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

Monetário Nacional (CMN), reunido pela manhã.

Às 20h50 de ontem, horário de Brasília (0h50 em Paris) o presidente do Banco Central, Francisco Roberto André Gros, telefonou ao ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informando que naquele momento o Brasil estava assinando o acordo com os credores oficiais do Clube de Paris.

Imediatamente, o ministro ligou para o presidente da República, na Casa da Dinda, dando a notícia.

Chegava ao fim, assim, um dia que começou marcado por dúvidas com relação ao desenrolar das negociações com os credores oficiais do Clube de Paris, com queda nas cotações das bolsas pela manhã (ver acima) e a previsão do próprio ministro, por volta das 11 horas, de que as negociações poderiam ser interrompidas, conforme falou aos membros do Conselho

O cenário começou a mudar no início da tarde. O ministro conversou por telefone com o subsecretário para assuntos internacionais do Tesouro norte-americano, David Mulford, e reuniu, no Itamaraty, os embaixadores do grupo dos sete países mais industrializados, além de outros países como a Holanda e a Suécia. "A reunião no Itamaraty serviu para consolidar os acordos já em andamento e foi muito importante", disse ele, ontem à noite.

O Brasil concordou em desembolsar US\$ 4,1 bilhões de juros e amortizações vencidas entre 1º de janeiro de 1992 e 31 de agosto de 1993, quando acaba o acordo acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), além de parte dos atrasados de 1991, como forma de atender à insistência dos credores

oficiais por um tratamento "simétrico" com os bancos.

O ministro explicou que isso não atrapalhará o fluxo de pagamentos do País nos próximos dois anos: "Acertamos com o FMI que temos US\$ 11 bilhões para dividir entre bancos privados e credores oficiais até agosto de 1993", disse ele, confirmando que o acordo com o Clube de Paris implicará menores desembolsos aos bancos credores privados, cuja dívida está em negociação. O próprio ministro estará em Nova York na quinta-feira que vem para conversar com os coordenadores do comitê assessor da dívida externa brasileira.

(É possível que o ministro viaje hoje, conforme ele mesmo informou ontem, embora não estivesse ainda certo já que dependia de assuntos pessoais a resolver. De todo modo, ele vai tirar uns dias de folga antes de sentar-se com o co-

mitê de bancos privados em Nova York, na semana que vem.)

O acordo fechado ontem envolve o refinanciamento de US\$ 9,4 bilhões por catorze anos e três anos de carência. A proposta original, colocada pelo Brasil junto ao Clube de Paris, embutia esse montante no bolo de US\$ 13,5 bilhões que se pretendia reescalonar por 18 anos, com pagamentos em 36 parcelas semestrais. O ministro afirmou a este jornal que ficou mantido o esquema de pagamento pela "tabela price" — soma de juros e amortizações na mesma parcela — para o período do reescalonamento.

Os US\$ 4,1 bilhões que o Brasil vai desembolsar neste ano e no próximo envolvem US\$ 3,2 bilhões de juros e amortizações que vencem de 1º de janeiro de 1992 até agosto de 1993 e, ainda, uma parcela de US\$ 900 milhões de atrasados devidos em 1991. O ministro adiantou ontem que o pagamento da dívida que vence no período da "janela" — justamente o período do acordo de vinte meses com o FMI — foi acertado como uma espécie de "compensação" às agências oficiais de financiamento pelo fato de o País estar pagando aos bancos privados 30% dos juros correntes e ter desembolsado no ano passado US\$ 2 bilhões àqueles credores.

O ministro previu que os governos credores abram, ainda

(Continua na página 21)

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

Divisão Externa

ACERTO EXTERNO

Uma conversa com Mulford

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

(Continuação da 1ª página) este ano, suas portas ao Brasil. "No caso do Japão, apenas uma agência, o Eximbank, tem uma carteira de US\$ 1,7 bilhão que pode ser desembolsada ao País nos próximos doze meses", adiantou ele, informando que houve ontem da parte dos governos credores a explicitação do empenho em "nos apoiar com boa vontade". Ele lembrou, também, que a contratação efetiva de novos empréstimos junto às agências financeiras oficiais dependerá da demanda interna que está diretamente vinculada ao nível da atividade econômica.

O dia foi tenso. Por volta das 11 horas o ministro chegou a prever: "Poderemos ter uma interrupção, talvez de uma semana, para que as delegações voltem a seus países para novas instruções", como disse aos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN). À

tarde, já se reunia com os embaixadores dos países industrializados do Grupo dos 7, tentando contornar as dificuldades das negociações.

A hipótese de retorno da equipe brasileira ao País, antes da conclusão dos entendimentos em Paris, foi colocada pelo ministro como uma alternativa admissível, mas sua expectativa, ainda pela manhã, era de que houvesse continuidade nas conversações com o fórum dos credores oficiais. "É uma negociação difícil porque as duas delegações ficam em salas separadas, com uma pessoa apenas indo de um lado ao outro, sendo, inclusive, psicologicamente cansativo", disse ele aos conselheiros do CMN.

Apesar de manter esperança de que o Brasil pudesse ainda chegar ao final desta semana com um acordo geral (tipo "guarda-chuva") com o Clube de Paris, o ministro sustentava a posição brasileira, no sentido de encontrar uma

solução que não comprometa a capacidade de pagamento do País. "O ponto mais importante que estamos discutindo com o Clube de Paris é que nós precisamos realmente de uma folga, não podemos sobrecarregar estes dois anos — 1992 seria o ano do ajuste fiscal e 1993, conforme traçou o governo, seria o ano da consolidação da 'virada' em termos de estabilização", disse o ministro, indicando contudo que o governo estava aberto a rever sua proposta inicial, "procurando um meio-termo".

"Toda negociação exige a procura de um compromisso, mas não chegaremos nunca a nos comprometer com algo que ou não seja cumprível ou que venha a comprometer as metas de expansão fiscal, cambiais ou monetárias deste ano", insiste ele. Durante todo o dia de terça-feira e também em boa parte da manhã de ontem, o ministro esteve ao telefone tentando negociar, poli-

ticamente, com os embaixadores acreditados em Brasília e representantes dos países do Grupo dos 7 (Japão, Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá, Itália e Alemanha). Também conversou por telefone várias vezes com o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet.

Ao final da reunião com os embaixadores do G-7, no início da noite, o secretário de política econômica, Roberto Macedo, que acompanhou o ministro da Economia a esse encontro, estava mais animado. Ele disse à editora Maria Helena Tachinardi, deste jornal, que àquela altura o acordo com o Clube de Paris já estava prestes a ser fechado. Todos os embaixadores, com exceção do japonês, compareceram à reunião. Da Embaixada do Japão, foi o encarregado de negócios. Japão e Alemanha eram os dois países mais resistentes à proposta feita inicialmente pelo Brasil.